



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **1008379-68.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **LETÍCIA CRISTINA DOS SANTOS, CPF 408.284.498-80 - Advogada Dra. Ariadne Trevizan Leopoldino, Mariana Veiga Sepulchro**  
 Requerido: **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A, CNPJ 07.207.996/0001-50 - Representado pelo preposto Sr. Fábio Leugi Franzé - R.G. 29474578-6 - Advogado (a) Dr(a). Vanessa Leugi Franzé – OAB/SP 161708.**

Aos 21 de novembro de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) da autora Cleres, Sonia e Maiza. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Dispensado o relatório. Decido. As partes celebraram contrato de financiamento, páginas 16/27, pelo qual a autora obrigou-se ao pagamento de quarenta e oito parcelas de R\$ 442,28. Sustenta a autora que efetuou o pagamento de quase todas as parcelas, estando inadimplidas apenas quatro, as de nº 27, 29, 30 e 37, todavia a ré insiste em cobrar-lhe um total de dezoito parcelas, as de nº 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48, agindo, inclusive, de modo vexatório. A autora instruiu a inicial com comprovantes de pagamento, às páginas 28/67, os quais, embora parcialmente ilegíveis, são suficientes para firmar verossimilhança em suas alegações, o que motivou o juízo a, na decisão de página 223, com fulcro no art. 6º, VIII do CDC, inverter o ônus da prova, salvo unicamente no que diz respeito aos danos que a autora alega ter suportado. Isso significa que, por decisão já proferida nestes autos, acobertada pela preclusão, atribuiu-se ao réu o encargo de comprovar a veracidade de sua alegação, por exemplo trazendo documentos internos do banco que pudessem infirmar a verossimilhança produzida a partir dos comprovantes de pagamento já referidos. Note-se que a decisão que inverte o ônus probatório é expressamente prevista em lei como agravável – art. 1.015, XI do CPC -, de maneira que realmente incide a preclusão, na hipótese vertente. Prosseguindo, o exame dos autos indica que o réu não produziu qualquer prova de sua alegação, razão pela qual deverá suportar as consequências daí advindas, assentando-se a premissa de que realmente a autora só está devendo as parcelas de nº 27, 29, 30 e 37, tendo pago todas as demais. Logo, devem ser acolhidos os pleitos de inexigibilidade e de condenação da ré na obrigação de dar baixa das parcelas quitadas (= pedido de abater do débito), e de abster-se de cobrar as parcelas inexigíveis. Quanto ao dano moral, está provado, conforme páginas 68/185, que efetivamente a autora está recebendo inúmeras cobranças, pertinentes não só as quatro parcelas pendentes, e que a despeito das inúmeras tentativas feitas pela autora de resolver a questão administrativamente, não logrou êxito em obter da ré o reconhecimento da quitação das demais prestações. Tal circunstância causa indiscutível sofrimento psíquico, transtorno e abalo que, segundo critérios de proporcionalidade e razoabilidade, justificam letinivo de ordem pecuniária, a título de indenização por danos morais. As circunstâncias afastam qualquer possibilidade de*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*se reputar o caso como de mero aborrecimento ou dissabor. A indenização, de seu turno, deve ser arbitrada com moderação, de modo a compensar a vítima pelo abalo experimentado, sem porém causar-lhe enriquecimento sem causa. Na hipótese dos autos, ante o grande número de parcelas quitadas não reconhecidas pelo banco, as inúmeras tentativas de solução extrajudicial sem atendimento satisfatório da instituição financeira, e, por fim, o desgaste oriundo das várias cobranças realizadas por e-mail e telefone, que efetivamente trouxeram abalo expressivo à autora conforme prova testemunhal produzida nesta data, reputo que o montante de R\$ 10.000,00 é razoável. Cabe frisar, por fim, que a significativa diferença entre o quanto é devido (quatro parcelas) e o quanto está sendo cobrado (dezoito parcelas ou até mais, considerando o que foi dito hoje pela testemunha Sonia, mencionando vinte e três), o fato de a autora estar inadimplente no que diz respeito a parte do débito torna-se irrelevante no arbitramento dos danos morais. Ante o exposto, julgo procedente em parte a ação movida por Letícia Cristina dos Santos contra Banco Bradesco Financiamentos S/A, para (a) declarar que a autora nada deve à instituição financeira ré, relativamente ao contrato objeto dos autos, se não unicamente as parcelas nº 27, 29, 30 e 37 (b) confirmada em parte a liminar de páginas 190/191, condenar o réu na obrigação de abster-se de realizar contra a autora qualquer cobrança relativa ao débito acima declarado inexistente (qualquer parcela salvo as de nº 27, 29, 30 e 37), sob pena de multa de R\$ 100,00 por ato de cobrança indevido, sendo que eventual recurso não terá qualquer efeito suspensivo no ponto (c) condenar o réu na obrigação de fazer de dar a baixa, em seu sistema informatizado e registros, relativamente a todas as parcelas, considerando-as todas quitadas, salvo apenas as de nº 27, 29, 30 e 37, obrigação que deverá ser cumprida no prazo de 01 mês contado do trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação e independentemente de intimação pessoal (Súm. 410 do STJ foi revogada pelo art. 513, § 2º do CPC-15), sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (d) condenar o réu a pagar à autora R\$ 10.000,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP a partir da presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. Sem condenação em verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Moacir Marques Júnior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Adv. Requerente: Ariadne Trevizan Leopoldino e Mariana Veiga Sepulchro

Requerido:

Adv. Requerido: Vanessa Leugi Franzé

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA